

Política

Filipe Sousa volta à Junta de Gaula

O NÚMERO DOIS DA LISTA, ÉLVIO SOUSA, JÁ INFORMOU QUE NÃO ACEITA SER PRESIDENTE

ORLANDO DRUMOND
odrumond@dnoticias.pt

Filipe Sousa deverá ser anunciado brevemente como o sucessor de Nazário Coelho na presidência da Junta de Freguesia de Gaula. Neste momento ainda não existe nenhuma confirmação oficial sobre o regresso de Filipe Sousa à Junta de Freguesia de Gaula, no entanto as informações recolhidas dão conta

que o regresso do ex-presidente reúne o consenso de toda a máquina socialista e dos restantes elementos eleitos pelo PS.

Para já, o que se sabe é que a questão da renúncia de mandato do agora presidente é uma situação que deverá ser consumada o mais tardar até final de Março. Isto, caso entretanto não seja agendada uma assembleia extraordinária para confirmar a 'demissão' do ainda presidente da Junta local.

Filipe Sousa disponível

Perante este cenário de renúncia, manda a Lei que o número dois da lista vencedora (PS) seja convidado a assumir o cargo de presidente. Na circunstância caberia a Élvio Sousa substituir Nazário Coelho, mas o

arqueólogo já garantiu ao DIÁRIO não estar disponível para 'dar o salto' para a presidência.

Élvio Sousa justifica esta sua decisão com o facto de ter outros projectos na calha e deixou entender que a sua preferência recai de novo no regresso de Filipe Sousa à liderança da Junta.

Filipe Sousa já admitiu essa possibilidade. O actual presidente da Assembleia de Freguesia, a quem foi formalmente entregue o pedido de renúncia, é também líder concelhio do Partido Socialista e vereador na Câmara de Santa Cruz, deixou em aberto essa possibilidade de eventualmente poder mesmo voltar a assumir a liderança da Junta de Gaula, caso aqueles que lhe antecederam na lista socialista não

aceitem assumir a presidência, cenário que cada vez ganha mais consistência. Assim, tudo indicia que Filipe Sousa será mesmo o futuro, e uma vez mais, presidente da Junta de Freguesia de Gaula. Recorde-se que Filipe Sousa já foi presidente desta Junta durante dois mandatos.

O próprio alega que face ao pedido que lhe foi entregue "não posso recusar nem posso aceitar. O meu papel aqui é receber, tomar conhecimento e fazer desenrolar o processo como a lei determina".

De resto, e quanto à sucessão, garante que "enquanto houver elementos na lista - onde o próprio se inclui -, se a solução passar pelo Filipe Sousa eu assumo porque eu nunca viro as costas a nada", concretizou.



Filipe Sousa possui uma grande experiência autárquica. FOTO ARTUR CAMPOS

AMRAM 'trata do lixo' com o Governo

ORLANDO DRUMOND
odrumond@dnoticias.pt

A controversa questão em torno dos resíduos e dos custos inerentes ao processo da sua recolha, que envolve os municípios da Região e a Valor Ambiente, poderá conhecer novos desenvolvimentos na primeira quinzena de Janeiro.

Isto porque está já agendada para o dia 11 uma reunião de trabalho entre a AMRAM e o secretário regional do Ambiente e Recursos Natu-

REUNIÃO COM SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE ACONTECE A 11 DE JANEIRO

rais, de modo a "encontrarmos a melhor solução para este problema dos resíduos na Região", anunciou Roberto Silva.

O representante máximo dos autarcas madeirenses voltou a admitir que "algumas cláusulas da Valor Ambiente não agradam aos municípios", razão pela qual "há um conjunto de pressupostos que têm de ser alterados", afirmou.

"Estamos abertos ao diálogo", mas "vamos apresentar um conjunto de situações ao governo por forma a arranjarmos a melhor solução", até porque "temos de defender os interesses dos municípios e vamos defendê-los intransigentemente", garantiu, até porque diz-se con-

victo que "o Governo vai ser sensível a esta questão", e como tal, "vamos arranjar um meio termo".

Alega mesmo que é a própria Lei das Finanças Locais a obrigar que as receitas cubram as despesas, o que, face à realidade actual, obrigaria a onerar os custos da recolha dos resíduos junto da população "para valores que são incomportáveis para as famílias, que seria de 400%. É impossível e impensável, pois as famílias não aguentavam isto", advertiu.



A Assembleia Legislativa vai apreciar e votar no próximo dia 9 de Janeiro o projecto de resolução da autoria do PSD, intitulado 'Pedido de inconstitucionalidade da proposta de Orçamento de Estado para 2008'.